

DOIS DEDOS DE

PROSA

Nº110 Recife|PE Novembro|2024



Prosa de Interesse
Fim das eleições 2024
e o desafio das novas
gestões com a soberania
e a segurança alimentar
nos municípios

Saiba mais nas páginas 4 e 5



Agricultura Urbana e Periurbana e um novo olhar sobre a alimentação nas grandes cidades

Página 3



Secas, superpopulação e fome: o futuro exige justiça climática

Página 6



Mãos que Alimentam e cultivam autonomia e soberania entre as mulheres

Página 7



/centrosabia

Visite nossa página: www.centrosabia.org.br

Outubro é o mês que celebramos a alimentação como direito, e temos muito o que comemorar: foram lançados os Planos Nacionais de Abastecimento Alimentar e Agroecologia. Eles são uma vitória do movimento agroecológico e sinalizam o compromisso do governo federal no combate à fome, que só acontecerá com a efetivação de políticas públicas de segurança alimentar, agricultura familiar e agroecologia. A produção de alimentos saudáveis e o acesso a quem precisa se alimentar de forma adequada precisam ser garantidos. É sobre isso que o DDP 110 quer prostrar com você.

Neste DDP, denunciaremos o não cumprimento dos municípios de Pernambuco e do governo estadual com os 30% de compras da agricultura familiar no PNAE; anunciaremos que a agricultura urbana traz informação, práticas, alimento e saúde para as populações das cidades; alertamos para a urgência dos municípios aderirem ao Sistema Nacional de Soberania e Segurança Alimentar – SISAN para que as políticas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) cheguem a quem precisa; e reafirmamos que sem justiça climática os pobres do planeta não terão acesso à comida nem a condições dignas de vida.

Também anunciaremos que as mulheres têm sido as protagonistas nas soluções locais para enfrentamento da fome com justiça climática. Elas precisam ser ouvidas e que suas experiências ganhem escala com as políticas públicas de SAN. É o caminhar com estas mulheres que nos alimenta.

Boa leitura.

De olho nas compras públicas da Agricultura Familiar

Por Henrique Marinho,

técnico do Centro Sabiá na Zona da Mata Sul

O ano de 2024 marca os 25 anos do falecimento de Dom Hélder Câmara, um grande lutador pelos direitos humanos, que somou sua voz àquelas vozes que resistiam entre gritos e silêncios nos anos mais difíceis da história recente: a ditadura civil-militar; e, depois, no tão valoroso momento da redemocratização. O Dom da Paz, lutador pelo combate à fome no Brasil, nos inspira a colocar o tema das compras públicas da Agricultura Familiar no centro do debate das estratégias para o acesso aos alimentos saudáveis, como garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas.

Para além do acesso à terra, à água, às técnicas e experiências de produções e transições e práticas agroecológicas, a batalha sobre os acessos aos mercados e os entraves sobre a comercialização, de maneira geral, são uma constante na realidade das comunidades rurais; as compras públicas, como venda direta, com a retomada do PAA, e os esforços para o funcionamento do PNAE, demonstram um leque de desafios e oportunidades.

Sabemos que, por força de lei, no mínimo 30% da alimentação escolar deve ser comprada da Agricultura Familiar. Ao analisarmos os números sobre o PNAE nos municípios pernambucanos, de 2013 a 2022, observamos que esse montante



PH Reinaux

atingiu apenas 22,9%. Já em relação ao PNAE do estado de Pernambuco, operado pela Secretaria Estadual de Educação, esse percentual cai para 18,4%. Na Mata Sul do estado, no mesmo período, o valor total transferido pelo FNDE para os municípios da região foi de R\$ 113.744.891,62, porém, apenas 20% desse montante foi efetivamente adquirido pela Agricultura Familiar. Isso quer dizer que uma oportunidade de mercado na ordem de R\$ 34.123.467,49 foi perdida, recursos financeiros que, para além de remunerar a Agricultura Familiar, poderiam ter circulado nas comunidades rurais, no comércio local e gerado mais arrecadações de impostos.

Como nos ensinou Dom Hélder Câmara: “você pensa que o povo não pensa, o povo pensa”. Estamos **DE OLHO**.

Expediente:

Dois Dedos de Prosa é uma publicação do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Rua do Sossego, 355, Santo Amaro, Recife/PE - CEP: 50.100.150 - Fone: (81) 3223.7026 e (81) 3223.3323 - Email: sabia@centrosabia.org.br - Site: www.centrosabia.org.br - DIRETORIA - Presidenta: Maria Verônica de Santana. Vice-presidenta: Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade. Secretário: Tone Cristiano Feliciano da Silva. Conselho Fiscal: Alaide Martins dos Santos, Ivonete Lidia Vieira e Marilene Nascimento Melo. COORDENAÇÃO GERAL: Maria Cristina Aureliano de Melo Ramos; COORDENAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA: Aniérica Almeida; COORDENAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL: Carlos Magno Moraes. EQUIPE TÉCNICA NOS TERRITÓRIOS: Antônio Júnior, Edgar Caliento, Gabriel Hirata, Gustavo Grão, Helenilson de Souza, Henrique Marinho, Iris Maria Silva, Janaína Ferraz, Juliana Peixoto, Lais Gomes, Maria Edineide, Nicléia Nogueira, Orlando Santana, Rivaneide Almeida, Rosana Paula, Raul Brainer, Simone Arimatéia e Wellington Gouveia. EQUIPE ADMINISTRATIVO FINANCEIRA: Demetrius Falcão, Elivânia Leal, Iran Severino, Ivanildo Júnior, Jullyana Lucena, Natália Porfírio e Pedro Eugênio. NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO: Bárbara Bittencourt (estagiária), Carol Barreto, Darliton Silva, João Lucas França e Rosa Sampaio. NÚCLEO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS: Breno Lacet e Eduardo Amorim. O Trabalho do Centro Sabiá recebe apoio das seguintes organizações: Misereor/KZE, Terre des Hommes Schweiz, Cáritas Alemã, PNUD, Manos Unidas, Inter-American Foundation (IAF), Both Ends, Gás Verde, Programa Cisternas e Programa Nacional de Agricultura Urbana/Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome/Governo Federal, Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário/Governo Federal (ANATER/MDA). EDIÇÃO: Darliton Silva e Bárbara Bittencourt - PROJETO GRÁFICO: Kelen Linck. DIAGRAMAÇÃO: Carol Barreto. IMPRESSÃO: Provisual Gráfica e Editora Ltda. TIRAGEM: 1000 (hum mil) exemplares.

Apoio: **MISEREOR**
IHR HILFSWERK

Redes e articulações:



Agricultura Urbana e Periurbana e um novo olhar sobre a alimentação nas grandes cidades

Por Simone Arimatéia

assessora técnica em Agricultura Urbana e Periurbana do Centro Sabiá



Bárbara Bittencourt / Acervo Centro Sabiá

Agricultura Urbana e Periurbana nas grandes cidades tem cultivado alimentos sem veneno em hortas comunitárias, quintais, becos produtivos, telhados verdes e praças. Essa prática tem ganhado força nos centros urbanos pois, além de produzir alimentos saudáveis, cria espaços verdes e cheios de vida, onde a temperatura é mais agradável e as águas das chuvas são drenadas com maior facilidade.

Com o crescimento da população e a destruição de recursos naturais, a agricultura urbana se torna também uma alternativa frente a necessidade de segurança alimentar e nutricional dentro das cidades, em especial para as popula-

ções periféricas. Mas, além de cultivar alimentos e plantas medicinais, esses espaços coletivos têm fortalecido práticas alimentares que envolvem o fazer junto, o consumo de produtos da estação e uma alimentação com comida de verdade.

Por que essas questões se tornam importantes? A alimentação nas grandes cidades mudou bastante nas últimas décadas com a industrialização e a chegada da comida pronta. Essa comida ultra processada, apesar de parecer prática, frente às demandas corridas do dia a dia, é revestida de substâncias que adoecem os nossos corpos e não nos

fornecem a vitalidade de que necessitamos, somente encontrada nos alimentos colhidos diretamente da terra.

Dessa forma, vale a reflexão: como estamos nos alimentando? Você tem descascado seus alimentos ou aberto pacotes? Que tradições familiares estão sendo mantidas na sua casa, como os almoços de domingo, ou o feitiço das comidas de milho?

Precisamos de variabilidade alimentar, além do que nos é ofertado na maioria dos mercados, onde compramos os mesmos tipos de comida, a mesma variedade de arroz, o mesmo tipo de batata doce e de tomate.

Por isso, fazer compras em feiras orgânicas, feiras de rua ou participar de hortas comunitárias é uma forma de ter acesso a alimentos diversos, consumir sementes crioulas e, principalmente, poder comer de tudo um pouco. É também uma forma de lembrar que é preciso valorizar e usar plantas no nosso dia a dia, que dá pra cuidar da febre com colônia, mas também dá pra consumir vitaminas comendo taioba ou araquá.



Fim das eleições 2024 e o desafio das novas gestões com a soberania e a segurança alimentar nos municípios

Por Sônia Lucena

nutricionista, professora e vice presidenta do Centro Sabiá



Ana Mendes/Acervo Centro Sabiá

As eleições municipais têm grande importância para a população, pois é no município onde tudo acontece. No contexto político atual, essas eleições são fundamentais para a democracia brasileira. Os 5.565 municípios do Brasil já escolheram os prefeitos e os representantes das Câmaras Municipais que serão responsáveis pela elaboração de leis e políticas públicas a serem implementadas nos próximos anos.

São muitos os desafios que esperam os novos

representantes municipais no próximo mandato, incluindo a intensificação com os compromissos existentes e o início de novas ações em defesa do meio ambiente e do clima, que devem ser prioritárias. Com a rapidez das alterações climáticas, é essencial que haja ações permanentes por parte das três esferas de governo e da população, caso contrário, os danos já causados não serão passíveis de reversão.

Outro desafio importante se refere a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Desde

2003, o Brasil tem formulado políticas nessa área, como, por exemplo, a criação do Sistema Nacional de Soberania e Segurança Alimentar, que até 2015 estimulava estados e municípios a criar suas próprias estratégias de SAN. Essas ações foram interrompidas nos dois governos federais anteriores, mas foram retomadas em 2023, devido à urgência no enfrentamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN), e consequentemente da fome, especialmente após a Pandemia de Covid-19.

Não é um desafio fácil de enfrentar, há uma



Ana Mendes/Acervo Centro Sabiá

resistência muito grande dos gestores municipais em aderir ao Sistema e se responsabilizar em elaborar políticas e planos locais de enfrentamento da fome. O Estado de Pernambuco tem 185 municípios e apenas 25 aderiram ao Sistema Estadual de Segurança Alimentar, ou seja, apenas 13% do total.

Segundo a Lei 11.346 de 2006, a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional é definida como a realização do direito universal ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse conceito se baseia em práticas alimentares que promovem a saúde, respeitam a diversidade cultural e são ambiental, econômica, social e culturalmente sustentáveis.

A noção de SAN inscreve-se no campo do direito

de todo cidadão e cidadã de estar seguro(a) em relação aos alimentos e à alimentação nos aspectos da suficiência (proteção contra a fome e a desnutrição), da qualidade (prevenção dos males associados à alimentação) e da adequação (apropriação às circunstâncias sociais, ambientais e culturais). Uma alimentação é considerada adequada quando, além de nutricionalmente balanceada, colabora para a formação de seres humanos saudáveis, conscientes de seus direitos e deveres e de sua responsabilidade com o meio ambiente e com qualidade de vida dos seus dependentes. (SALLES-COSTA et al).

Esperar que essas ações partam apenas do governo federal, sem a participação efetiva dos municípios, é ter a certeza de que, além de exigir um tempo muito maior para alcançar resultados positivos, não se garantirá uma cobertura

universal. Não há outro caminho senão a ampla participação da sociedade civil por meio de suas organizações, sua presença em Conselhos de políticas públicas e sua contribuição permanente com a cobrança sistemática na formulação e no monitoramento das políticas de SAN.

Consulta:

BRASIL. "Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — Sisan com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências", Brasília, 2006.

SALLES-COSTA, Rosana et al. Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.



Secas, superpopulação e fome: o futuro exige justiça climática

Por Carlos Magno de Medeiros Moraes

coordenador de Mobilização Social do Centro Sabiá

Ricardo Araújo

Segundo dados recentes da Organização das Nações Unidas (ONU), a população mundial atingiu 8,2 bilhões de pessoas e, até 2080, deve crescer em mais 2 bilhões, alcançando os 10,2 bilhões. Após esse pico, a tendência é que comece a diminuir gradualmente. No entanto, essa projeção é uma média, e médias nem sempre são a melhor forma de analisar números tão amplos.

Como eu costumo dizer, é difícil fazer uma média entre bananas e jacas; ambas são frutas, mas muito diferentes entre si. Esse exemplo nos leva a um ponto crucial: enquanto a Coreia do Sul tem uma taxa de fertilidade de apenas 0,7, no Níger ela é quase 10 vezes maior. Essa grande disparidade está intimamente ligada ao acesso a serviços de saúde, ao desenvolvimento econômico e a fatores culturais.

Ou seja, em termos gerais, países mais pobres tendem a ter taxas de crescimento populacional mais elevadas, enquanto países ricos apresentam taxas extremamente baixas. Isso é um aspecto fundamental a ser considerado quando discutimos fome e mudanças climáticas: a médio prazo, teremos mais pessoas para alimentar em regiões mais pobres e com menor oferta de alimentos.

Observando a realidade brasileira, encontramos proporções semelhantes. Por exemplo, o município de São João do Jaguaribe, no Semiárido do Ceará, apresenta uma taxa de fertilidade próxima a 3,5, com um PIB per capita de cerca de R\$10.500,00. Já Águas de São Pedro, em São Paulo, tem uma taxa de fertilidade de apenas 1,2 e um PIB per capita



superior a R\$41.000,00. Vivemos em um mundo marcado pela fome e pela pobreza, e justamente nessas regiões é que se concentra e continuará concentrando a maior parte da população mundial. Não por coincidência, essas áreas também serão as mais afetadas pela crise climática.

Esses dois exemplos, o Níger, na África Subsaariana, e São João do Jaguaribe, no sertão do Ceará, têm em comum sua localização em regiões secas do mundo. Essas áreas cobrem mais de 40% da superfície do planeta e estão entre as mais vulneráveis às mudanças climáticas, embora sejam as que menos contribuíram para esse problema.

Estamos plenamente cientes de que não há solução para essa questão sem uma abordagem de justiça climática, que reconheça a responsabilidade dos países ricos em financiar processos de adaptação climática nessas regiões. Esses recursos precisam ser direcionados ao nível comunitário, envolvendo tomadores de decisão locais e engajando lideranças para uma transformação dos sistemas alimentares. A transição para o novo regime climático deve ser baseada nos princípios da Agroecologia e o direito dessas populações a uma alimentação saudável deve ser o farol que guia qualquer decisão que impacte o futuro delas.



Mãos que Alimentam e cultivam autonomia e soberania alimentar entre as mulheres

Por Juliana Peixoto

coordenadora Territorial do Centro Sabiá no Agreste

Darliton Silva / Acervo Centro Sabiá



No território do agreste pernambucano, nos municípios de Cumaru e Orobó, 70 agricultoras recebem, há quase três anos, assessoria técnica específica do Centro Sabiá para mulheres, com apoio da ONG espanhola Manos Unidas. Uma parcela deste público é de comunidades tradicionais que estão acessando a assessoria técnica pela primeira vez, com foco nos meios sustentáveis de vida no campo, como a agroecologia e as tecnologias sociais de convivência com o Semiárido.

O projeto vem se consolidando, ao apoiar as mulheres camponesas na produção de alimentos agroecológicos em seus quintais produtivos, como um espaço de ação política para visibilida-

de dos saberes e trabalhos desenvolvidos principalmente pelas mãos femininas.

Um conjunto de atividades de auto-organização das mulheres, igualdade de gênero, qualidade de vida, produção sustentável, produção agroecológica dos animais, tecnologias sociais de adaptação climática e convivência com o Semiárido, estão sendo desenvolvidas com o objetivo de fomentar a autonomia das beneficiárias. O fortalecimento da estrutura produtiva coopera para a soberania e segurança alimentar, geração de renda, e a melhoria nas instalações das criações reflete em animais mais saudáveis.

A implementação do fogão agroecológico foi um divisor de águas na vida destas mulheres. A

tecnologia social é acompanhada por um forno, possibilitando o aumento das opções de cardápios, com boa parte dos ingredientes vindo da produção do quintal gerido por elas. É comum em seus relatos a informação de que, antes, o botijão de gás durava em torno de um mês e meio, e hoje, a duração é de quase seis meses. Considerando o valor do botijão, cujo preço médio no estado de Pernambuco é de R\$92,98, esse dado revela uma significativa e expressiva economia para as famílias camponesas.

“Com o fogão, chegou a melhoria de vida. O fogão não faz fumaça, que antes me fazia tossir e deixava minhas paredes pretas”, relata a beneficiária Isabel Santana. Não é segredo para ninguém, as mulheres acumulam as tarefas domésticas e, na maioria das realidades, são as únicas responsáveis pelo preparo dos alimentos, ficando mais expostas à fumaça. Por isso, um dos principais benefícios ofertados pelo fogão agroecológico é a melhoria na saúde geral destas mulheres.

Através da diminuição do consumo de lenha e do uso sustentável do nosso bioma Caatinga, esta tecnologia social apresenta mais eficiência energética e combustão, gerando a redução do trabalho doméstico, qualidade de vida e mitigação dos impactos ambientais causados pelas mudanças climáticas. Mudanças como essas são possíveis a partir do acesso a direitos e às políticas públicas. As famílias camponesas e agricultoras precisam de assessoria técnica pedagógica que apoie questões fundamentais para fomentar uma sociedade mais justa e uma vida digna no Semiárido.



Por **Isadora de Oliveira**

agricultora urbana da Horta Quilombola Onze Negras,
no Cabo de Santo Agostinho.

O que nos alimenta?

Uma alimentação saudável, à base de frutas, verduras e grãos. Além disso, o que nos alimenta, na horta, é a interação, a gente interagindo um com o outro, trabalhando na questão da empatia, muitos intercâmbios. Conhecemos outras pessoas que também plantam, compromissadas com o renascimento da natureza, que está pedindo socorro.

E, assim, a gente vai renascendo junto com as plantas. Da mesma forma que não é um processo instantâneo com a planta, também não é instantâneo com a gente. O processo depende do tempo, e como a nossa reforma íntima também é temporal e processual, é muito terapêutico.

Algo que eu achei muito interessante também é que o curso Escola MARIAS: Mulheres e Agriculturas Urbanas, na Região Metropolitana do Recife, trouxe a oportunidade da gente conhecer mais sobre nossos direitos e outros temas que somam e complementam, como a arte e a saúde mental.

Pré-ENCONASA e as mudanças climáticas

Por **Josilma Bertino**

jovem multiplicadora da Agroecologia

A Comissão de Jovens Multiplicadores da Agroecologia (CJMA) esteve presente no Encontro Estadual Preparatório para o X EnconASA, em Triunfo-PE, nos dias 3 e 4 de setembro de 2024.

Além da linha do tempo das ações da ASA, outros temas relacionados à questão hídrica no Semiárido, como as mudanças climáticas e o combate desertificação estiveram em evidência, o evento trouxe oficinas e apresentações importantes de dados a respeito das mudanças climáticas e seus efeitos na vida das pessoas no mundo inteiro, principalmente no Semiárido brasileiro.

Uma reflexão sobre as mudanças climáticas e as estratégias de convivência com o Semiárido também foi feita pela coordenadora territorial do Centro Sabiá, Rivaneide Almeida. O professor de Agronomia Genival Barros da UAST/UFRPE apresentou uma pesquisa, que mostra dados alarmantes e preocupantes sobre a qualidade dos solos no Sertão Pernambucano, entendendo esta degradação como uma ação antrópica.

Além disso, as juventudes puderam conhecer a experiência de convivência com o Semiárido de três agricultoras. A primeira, Silvanete Lermen, de Exu, Sertão do Araripe, mostrou como ela e sua família têm trabalhado com o resgate dos saberes ancestrais de com o cuidado da terra na Serra dos Paus Dóias. Também explicou como as agroflorestas vêm transformando e recuperando áreas degradadas, ao potencializar sua identidade com os saberes ancestrais e com a produção de alimentos, gerando renda e conservando a nossa floresta.

Já Josilma Bertino, do Sítio Sobrado, Jataúba, Agreste Setentrional, expôs a sua experiência com a agrofloresta na Caatinga e com a ação do



Thamires Lima

projeto “Águas da Serra”, do Centro Sabiá, que recuperou quatro nascentes da bacia do Rio Capibaribe. Outras tecnologias foram inseridas nas ações do projeto, como o Sistema de Reuso de Águas Cinzas (RAC) e os barramentos em formato de arco romano.

A terceira experiência exitosa apresentada vem das mulheres de Itapetim, Sertão do Pajeú. Evanice Pereira trouxe a história das mulheres produtoras da Gameleira que, juntas e organizadas, vêm cuidando da Caatinga, preservando as nascentes e produzindo mudas nativas. Paralelo a isso, as mulheres têm se fortalecido, em busca de direitos, de empoderamento feminino e de sua auto-organização, entendendo que elas e os jovens são peças fundamentais para mitigar os efeitos negativos das mudanças climáticas.

Vejo nas agroflorestas e nas tecnologias sociais adotadas pela ASA uma nova esperança de regeneração da terra, como também a garantia da segurança hídrica e alimentar para o povo caatingueiro. Porém, é preciso fortalecer a cultura do estoque, seja da água, de sementes ou de alimentos; e pressionar os governos por ações mais estruturadas e menos emergenciais, como as ações das organizações em rede, para frear os efeitos climáticos e garantir a soberania alimentar do povo do Semiárido.



O jornal Dois Dedos de Prosa também está disponível para leitura na versão mobile. Baixe agora em nosso site: www.centrosabia.org.br

